

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

VIEIRA, João Pedro Gouvêa. *João Pedro Gouvêa Vieira (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro, CPDOC/PETROBRÁS, 1995. 30 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e PETROBRÁS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA
(depoimento, 1989)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quaglino

levantamento de dados: José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quaglino

pesquisa e elaboração do roteiro: José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quaglino

sumário: Maria Ana Quaglino

conferência da transcrição: Maria Ana Quaglino

copidesque: Ignorado

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 18/09/1989

duração: 1h 20min

fitas cassete: 02

páginas: 30

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da Petrobrás, na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e o SERCOM-Petrobrás (1987-90). O projeto resultou nos livros "Memória da Petrobrás: acervo de depoimentos e "A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás.

temas: Formação Profissional, Getúlio Vargas, Indústria Petroquímica, João Pedro Gouvêa Vieira, Petróleo

Sumário

Breve relato sobre os irmãos, a esposa e os filhos; o início da carreira ainda como estudante no escritório do advogado José Nabuco; em 1930, impressões sobre o curso de direito na Faculdade Nacional no Rio de Janeiro: os professores, comparação entre a disciplina do Santo Inácio e a da Faculdade, a pouca fiscalização quanto a frequência e as provas de conteúdo prático versus a "cola"; o exame para solicitador: o início da carreira, o papel do solicitador e do advogado a convivência com os maiores advogados no foro e a extinção da figura do solicitador no tempo do Estado Novo; a desilusão com os juizes: decisões por amizade; relato da sua primeira causa como exemplo do procedimento dos juizes; rápida referência ao pai; participação do entrevistado na revolução de 1932; a desilusão com os políticos em 1934 e a sua posição variável ao golpe de 1937; menção a amizade com Getúlio Vargas e o casal Amaral Peixoto; o episódio da nacionalização do refino e suas conseqüências para a recém instalada refinaria Ipiranga: a petição ao Conselho Nacional do Petróleo, a dificuldade dos sócios estrangeiros para passar adiante a refinaria e a venda das ações ao entrevistado; as dificuldades para importar óleo cru durante a 2^a Guerra; a estratégia das distribuidoras estrangeiras contra as refinarias nacionais; a decisão da Ipiranga de fábricas solventes durante a 2a. Guerra; a relação entre a história da Ipiranga e a da Destilaria riograndense: sócios comuns e as dificuldades de abastecimento de matérias primas; o efeito da nacionalização do refino no Brasil para a Destilaria de Uruguaiana; as dificuldades da Ipiranga para distribuir seus produtos em igualdade de condições com as distribuidoras estrangeiras; o sistema de distribuição da Ipiranga nos primórdios; a importância da simpatia do gaúcho pelos produtos nativos na vivência da Ipiranga; a diferença entre o pioneirismo da Ipiranga e das demais refinarias particulares: a necessidade de conquista do mercado; a ausência da Destilaria Riograndense da distribuição; os sócios argentinos da refinaria de Ipiranga: experiência anterior na atividade ou não; a importância do sócio-banqueiro Supervielle no financiamento das encomendas de matérias-primas; procedência do petróleo bruto para refinaria de Ipiranga; a venda das ações dos sócios uruguaios com a nacionalização: o desempenho do embaixador Batista Luzardo; a pequena rentabilidade da refinaria entre 1939 e 1947; o episódio da concorrência para concessões de refinarias ao capital privado em 1945: a proposta do major Milton Lima de Araújo, a consulta deste último ao entrevistado sobre a idéia; o encaminhamento dado por Getúlio Vargas a proposta: abertura de concorrência pública; a sugestão do entrevistado ao organizador da concorrência sobre fórmula de taxar produção do refino para transferir recursos pesquisa de petróleo; ajuda do engenheiro Bastos da Ipiranga aos participantes da concorrência; comentários sobre os concorrentes; a estratégia da Ipiranga na concorrência: o acordo com a Gulf para tomada de debêntures em troca de distribuição no mercado paulista e a caça de acionistas brasileiros no mundo dos negócios; a quebra do acordo pela Gulf e a eliminação da Ipiranga da concorrência; a queixa do entrevistado ao presidente do CNP; o resultado da concorrência; a origem do pessoal técnico da refinaria Ipiranga; a experiência da Ipiranga na formação dos técnicos de Mataripe; o processo de produção adotado pela Ipiranga e o fracasso da unidade de cracking térmico implantado no pós-guerra; a posição do entrevistado no processo de discussão sobre o monopólio estatal: a preferência pelo projeto de Vargas; as relações cordiais entre a Ipiranga e a Petrobrás; a mudança no grupo Ipiranga após a lei . 2004; o registro do ocorrido entre a Ipiranga e a Gulf na correspondência entre a Embaixada Americana e a Secretaria de Estado; a compra das instalações da Gulf no Brasil pela Ipiranga em 1959; a homenagem prestada pelo IPB ao entrevistado recentemente; elogios a figura de Jesus Soares Persine; a importância deste último na aquisição do acervo da Gulf no Brasil pela Ipiranga; breve com epitáfio e sobre a atuação do General Milton Lima de Araújo: o papel deste na constituição da FRONAPE; menção a passagem de Mário Bittencourt Sampaio e Milton Lima de Araújo para a posição de armadores privados; elogios a João Neiva de Figueiredo; impressões sobre as iniciativas frustradas para o refino em 1939; considerações sobre projeto do interventor Amaral Peixoto neste período; as dificuldades para obter e transportar matéria-prima da Venezuela para

Ipiranga durante a 2ª Guerra; a área e a forma de atuação da distribuidora do grupo Ipiranga no país hoje e ontem; as comemorações ocorridas pelos 50 anos da Ipiranga.

1a. Entrevista: 18.09.1989

M.Q. - Dr. João Pedro, nós gostaríamos de começar pedindo algumas informações sobre sua formação, seus primeiros estudos, escolha profissional, família, enfim, alguns dados dessa natureza.

J.V. - Sou advogado, formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1935...

M.Q. - Sua família do Rio de Janeiro?

J.V. - Minha família do Rio de Janeiro. Tenho um irmão e três irmãs, sendo uma delas falecida. Há cinquenta anos sou casado com Cecília Almeida e Silva, que passou a se chamar Gouvêa Vieira depois do casamento. Desse casamento tenho seis filhos. O primeiro uma mulher e os cinco outros são homens. É uma coisa interessante - que não tem nada a ver com a nossa entrevista, mas já que estamos entrando pela família adentro - que lá em casa durante 33 anos não nasceu uma mulher. Depois da minha filha e dos cinco filhos, tive seis netos homens. Só depois de 33 anos do nascimento da minha filha que uma outra mulher nasceu na minha casa.

J.D. - Quais são as recordações mais importantes que o senhor guarda do seu período de estudo? Quais os professores e colegas que mais se destacaram?

J.V. - Eu comecei a trabalhar no escritório do meu primo José Nabuco em 11 de junho, dia da Batalha do Riachuelo, por conseguinte eu não me esqueço. Do direito eu conhecia muito mais a parte prática do que a teórica, que estudei com referência às necessidades da prática. Por isso, eu não achava muito importante o meu comparecimento na escola de direito. Naquele tempo, era obrigatório, mas ninguém ia e todo mundo... As faltas eram abonadas.

Então, eu não tenho nenhuma recordação de colegas que eu tivesse na faculdade. Hoje em dia nos reunimos uma vez por ano, e principalmente de cinco em cinco anos há mais pessoas. Depois dos 15 anos passou a haver mais. Há pouco tempo fizemos cinquenta anos de formados e nesse caso todos compareceram. Eu me dou com meus colegas, quer dizer, conheço eles. Sei quem eles são.

J.D. - Mas não havia turma...

J.V. - Mas eu não participei muito da vida acadêmica propriamente dita. Em primeiro lugar nós estávamos no regime do dr. Getúlio. Havia muito movimento contrário e a favor, e eu nunca quis me meter muito nisso. Mas houve dois professores que realmente me marcaram muito. Um foi o Filadélfio de Azevedo, de direito civil, e outro foi o Castro Rabelo, de direito comercial. Todos dois foram professores maravilhosos.

Tive, ainda, dois outros professores com quem me liguei com laços de amizade. Um era o Gilberto Amado, que foi meu professor de direito penal. Mas ele nunca ensinou direito penal, e sim criminologista, o que, aliás, muito mais interessante, porque a criminologia estuda a figura do criminoso, enquanto o direito penal estuda a pena que o criminoso tem que pagar. O Gilberto Amado era, fora de qualquer dúvida, um homem

de grande inteligência, um orador muito bom, e me entusiasmava. O dele era um dos cursos a que eu ia. É verdade quando digo que freqüentava pouco a universidade, mas sempre fui aos cursos de direito penal, dado como criminologista, de direito civil e de direito comercial. Digo com um certo orgulho que nessas três cadeiras tive distinção em todo o curso. Nas outras, fui passando, mas nunca tive muito brilhantismo.

O outro professor chamava-se Alcebíades Delamar e ensinava economia política. Naquele tempo, economia política tinha muito pouca importância. Nós íamos às aulas por dever de estado, por dever de aluno. E ele era muito engraçado. Tinha o apelido de "Alcebíades Pátria Amada, porque, em 1924, organizou um batalhão provisório favorável ao presidente Bernardes e desfilou na rua do Catete, em frente aos alunos da Faculdade de Direito, cantando: "nós somos da pátria amada..." [risos]

Fora daí, posso dizer também do choque enorme que tive ao entrar na Faculdade de Direito para fazer o meu vestibular. Esse choque era normal, porque eu tinha passado oito anos no Colégio Santo Inácio. ...Eu acho que isso foi muito bom para mim. Fui educado pelos jesuítas como naquela época todo mundo era educado com grande, com enorme rigor: na pontualidade da entrada, na proibição de se falar durante...

J.D. - ...durante a aula.

J.V. - Durante a aula, isso claro. Mas também nos corredores ninguém podia falar. E mais do que isso: quando íamos de uma aula para outra e dali para o recreio tínhamos sempre de desfilar de braços cruzados. De tal forma que, depois de oito anos de braços cruzados, ainda hoje, quando vou esperar um elevador, automaticamente cruzo os braços [risos].

Mas a diferença brutal que senti foi quando fiz o exame vestibular na Faculdade de Direito. Eu estava nervoso, natural: um menino de 19 anos, saído do Colégio Santo Inácio, com aquela disciplina toda... Nós éramos mais de quinhentos rapazes - ou meninos, de 19 anos - para fazer o exame. Era natural que me sentisse nervoso. O ponto foi sorteado e eu comecei a meditar. Naquele momento entrou na sala um bedel, que se chamava Carmona. Habitado como estava com aquela disciplina do Colégio Santo Inácio, pensei: "Bom, esse homem agora vai fiscalizar tudo e quem não souber vai sair..." Qual não foi o meu espanto quando ele chegou do meu lado e disse: "O senhor quer cola?" [risos] Estes são os episódios que o meu espírito guardou muito bem da Faculdade de Direito.

J.D. - Mas essa prática era geral, ou seja, não havia essa noção de turmas?

J.V. - Nós éramos divididos em quatro turmas.

J.V. - Sim, mas o senhor havia mencionado que ela (o controle da paciência) não funcionava muito bem. Dependendo da atividade profissional dos alunos, a freqüência não era cobrada.

J.V. - Eu não disse isso. O que eu disse que pura e simplesmente a presença não era muito cobrada. Pouco importava o que você fizesse de diferente. Eu trabalhava no escritório do Nabuco, chegava às nove da manhã e saía às cinco ou seis horas da tarde. Claro que, se eu quisesse ir escola de direito, podia ir. Tanto assim que eu ia às aulas do

Gilberto Amado, Filadélfio de Azevedo e Castro Rabello. Mas outros também podiam ter deixado de ir faculdade... Porque há um detalhe, não se esqueçam: como eu disse, a presença era obrigatória, mas fiscalizava-se pouco. Por quê? Porque o Carmona ficava do lado de fora da classe e, quando chamavam "João Pedro Gouvêa Vieira", - ele respondia: "Presente!" Ele ganhava um cruzado, um cruzeiro - não sei qual era a moeda naquele tempo -, um trocado, um mil réis ou qualquer coisa parecida, cada vez que ele dizia que eu estava presente [risos]. Mas isso era comigo ou com qualquer outro.

Outra cena interessante - nós vamos falar sobre petróleo, eu espero - foi com o Alcibíades, de economia política. Ele era uma pessoa muito restrita, e na Faculdade de Direito todo mundo colava. Quer dizer, todo mundo abria a mesa, botava a cola embaixo... Mas não havia cola nem em direito civil, nem em comercial. Esses dois professores após resavam questões práticas. Eles diziam: "Você pode abrir quantos livros quiser, porque quando estiver formado, no seu escritório, você vai consultar todos os livros. O cliente tem um caso e você vai estudar como que vai resolver. Então, eu vou ser o seu cliente, vou expor o caso - quer dizer, a primeira questão, a segunda, a terceira - e você me responde. Abra o livro que quiser." Então, na verdade, com esses dois professores não havia cola, porque tudo era permitido dentro da ciência do direito. E eu acho que eles faziam muito bem, porque deram uma noção de prática do direito muito grande para os alunos. Mas os outros, não. Com eles, não havia isso. Em direito constitucional, não havia questões práticas e em economia política também, com muito mais razão. Mas todo mundo abria os livros e colava. e o Alcibíades entrava e dizia: "Se alguém colar, eu me retiro da sala!" E ele se retirava [risos] Todos abriam os livros em cima da mesa, ostensivamente, e ele ia embora. Essas são realmente lembranças que eu tenho de 1931, 1935. Já faz realmente muitos...

J.D. - E a sua prática de advogado? Como era o trabalho de advogado em 1935?

J.V. - Eu comecei a advogar em 1930. Não advogar, porque naquele tempo havia a profissão de solicitador, paralela de advogado. O advogado tinha que ser formado; o solicitador, não. O solicitador era um auxiliar do advogado e fazia um exame muito sumário perante o juiz da 1a. Vara Cível. Logo que vi trabalhar com José Nabuco, fui ao foro e fiz o exame para solicitador. Eram perguntas práticas, não de direito, mas de processo: qual o prazo disso, daquilo e daquilo outro; o que alvará, mandado, escrevente. Aliás, havia um rapaz que tinha fama de ser muito burro e o José Nabuco dizia: "Ele foi fazer prova de solicitador e não passou, porque não sabia a diferença entre escrivão e mandado." [risos]

Eu comecei como solicitador. Qual a função do solicitador? O advogado arrazoava, ficava no escritório e fazia as defesas, enquanto o solicitador ia para o foro, acompanhava o andamento do processo e trazia-o de volta. Determinados atos de pouca importância, como intimar um réu, o solicitador podia fazer.

O novo Código de Processo surgiu em 1940 e poucos, no tempo do Estado Novo, e aboliu muitas formalidades completamente desnecessárias, que, em grande parte, eram feitas pelo solicitador. Por exemplo, nenhuma intimação era válida sem que, depois, o representante do autor ou do réu, aquele que tinha pedido a intimação, comparecesse perante o juiz e dissesse: "torna efetiva a intimação que foi avante." Era uma perda de tempo horrível, o juiz perdia tempo e isso tudo era feito pelo solicitador. O solicitador, em tese, não podia contestar a ação, nem recorrer de nenhuma decisão, nem defender a

questão no tribunal. O processo era todo escrito, ou seja, não havia processo verbal.

Naquela época, conheci os maiores advogados do Rio de Janeiro. Eles compareciam diariamente ao foro. Aos poucos, fui tendo boas relações com eles e tenho bastantes saudades de muitos deles. Eu me lembro, por exemplo, do Justo de Moraes, que me dizia: "Olha, João Pedro, você se console, porque eu me consolo das causas que eu perco pelo direito por todas as outras que eu ganho sem ter o menor direito." [risos] E a verdade que o moço - eu era um moço naquele tempo, tinha 19 anos, quando me formei. Com 23 eu fui muito desiludido pela justiça. Em primeiro lugar, eu vi que os advogados que tinham mais prestígio conseguiam muito mais coisas do que os outros que não tinham. Havia necessidade de conhecimento com o juiz, por exemplo. Não que os juizes fossem corruptos, corruptos eles não eram. Mas eles decidiam rapidamente, por amizade. E houve um caso que me marcou muito e me deu um certo desespero da justiça. Eu não sei, mas uma certa...

J.D. - Desilusão.

J.V. - Desilusão ou pessimismo com referência decisão de um juiz. Eu lembro que foi o primeiro caso que tive. A cliente chamava-se May Murdock Short. Isso se passou há sessenta anos e eu não esqueço. Essa senhora construiu uma garagem sem autorização e foi multada pela prefeitura. Mas a questão que a prefeitura mandou uma notificação para que ela destruísse a garagem dentro de trinta dias. Dentro, desse prazo, ela apresentou um pedido prefeitura para legalizar a obra. Como de sempre, passaram-se os prazos, e não deu nenhum sinal. Trinta dias depois, só pelo fato da minha cliente não ter cumprido uma decisão que estava em suspenso - porque tinha pedido permissão -, a prefeitura aplicou uma multa de 500 mil réis, que naquele tempo, era bastante dinheiro.

Defendi a senhora, dizendo que não havia dúvida nenhuma de que ela estava com toda razão, porque tinha sido notificada para, em trinta dias, ou demolir a obra ou legalizá-la e que, dentro desse prazo, ela mesma tinha feito um pedido de legalização prefeitura. No entanto, a prefeitura não tinha despachado o processo.

Perdi na primeira instância. Antigamente, as pequenas causas eram decididas de bate-pronto, não precisavam nem de advogado, era só chegar na frente do juiz da Fazenda Municipal, o Décio Cesário Alvim, com quem, aliás, eu me dava muito bem. Cheguei lá, expus tudo a ele, que não compreendeu nada, porque tinha o [inaudível], tinha outros...

Perdi a questão e recorri para o tribunal. Acontece que o relator era íntimo amigo da minha família. Não vou mencionar o nome porque chato. Então, fui lá, naquele entusiasmo de menino, peguei ele pelo braço... Então vai ser julgado o processo, ganhamos ali mesmo. Mas sob o fundamento de que a minha cliente tinha destruído a garagem. [risos] Quer dizer, eu vi como foi o negócio: o Cesário Alvim não leu coisa nenhuma, ele deve ter pensado: "Mas que menino chato, esse! Mas ele vai ganhar, coitados..." E me deu ganho de causa, mas eu fiquei muito amargurado, porque queria ganhar baseado no direito e não na amizade do juiz.

M.Q. - Claro, claro!

J.V. - Isso me marcou bastante, bastante mesmo.

Para terminar essa fase, vou contar mais um episódio com referência a essa decisão de bate-pronto presidida pelo Décio Cesário Alvim. Não era obrigatório que o próprio interessado fosse acompanhado do advogado. Então, antes de ser decidido o caso da May Murdock Short, chegou lá um português, e o Décio perguntou: "Então, como é?" O português respondeu: "Não, juiz o meu negócio muito claro: está todo mundo fazendo a mesma coisa que eu. Mas, ó, eu não!" [risos] Eu não me lembro o que o Décio decidiu. Mas o problema dele era esse: "todo mundo faz o que eu faço, mas, ó, eu não!" [risos]

J.D. - É uma definição bem simples das regras.

J.V. - Isso mesmo. Mas eu achei muito engraçada. E há de tudo. Como eu gosto da minha profissão, e eu tenho duas profissões - a de advogado, que a principal, e depois a do petróleo -, elas são dois assuntos de que eu gosto.

M.Q. - O José Nabuco era seu tio?

J.V. - É meu primo.

M.Q. - E seu pai era também advogado?

J.V. - Não. Papai era funcionário público.

M.Q. - Ah, sim. Mas...

J.D. - O senhor não acompanhava a efervescência política que havia? Estamos falando de 35, Estado Novo, Intentona. Isso alterava as relações do Estado com a justiça?

J.V. - Não, não havia nada. Mas eu acompanhei muito de perto a revolução de 32. Em 32, eu fui... Mas alguém pode perguntar: "Por que, se você gostava do dr. Getúlio?" Realmente, ele acabou um grande amigo meu. Tenho uma fotografia dele nesse [inaudível]. Mas nesse caso, em 1932, fui contra ele. Hoje mesmo, meditando, acho que a revolução era uma coisa que se devia fazer. O Diário Carioca e outros jornais escreviam todos os dias contra a ditadura e sobre a necessidade de haver uma revolução. Já tinha havido uma grande dissidência no governo com o Lindolfo Collor. [risos] Ele, o Maurício Cardoso, João Neves e várias outras pessoas que pertenciam ao governo tinham saído, por não concordar com a ditadura. Então, houve a revolução de 32 e eu realmente participei dela. Quer dizer, dentro do que... Eu tinha 18, 19 anos e participava, passando...

M.Q. - Panfletos.

J.V. - ...Panfletos. Fiz. Tudo isso. At ouro para São Paulo eu dei. [risos] Mas depois, em 1934, a! que começa o meu negócio.

J.D. - É a Constituinte e tal...

J.V. - Não. Em junho de 1934 houve eleição para presidente da República e eu fui ao congresso para assistir. Contra o dr. Getúlio, estava o Borges de Medeiros, e do outro lado, o próprio dr. Getúlio. Pois a bancada de São Paulo em peso votou no dr. Getúlio.

Então eu disse: "Ah, não! Eu também vou ficar getulista. Sou contra esses políticos todos. Pau neles." E quando veio a revolução de 37, fui absolutamente favorável a ela, porque a raiva que eu tinha dos políticos era a mesma que o povo tem hoje e por isso está votando no Collor. A raiva que eu tinha dos políticos era uma coisa horrorosa.

Mas eu me aproximei do dr. Getúlio depois da sua queda. Realmente, achei que uma injustiça tinha acontecido e eu me liguei muito a ele e Celina. Sou muito amigo da Alzira e era do Amaral. Gostei muito do Amaral. Estou convencido de que a política brasileira deveu muito ao Amaral: o bom senso, a honestidade, a clarividência. Ele foi um político excepcional.

M.Q. - Como o senhor entrou para a área de investimentos em petróleo?

J.V. - Já contei esta história várias vezes e tenho muito prazer em contar, porque estou falando a meu respeito e, também, de petróleo. A história do petróleo anterior às explicações que estou dando: a primeira refinaria de petróleo, que foi a destilaria de Uruguaiana, foi fundada em 1933, enquanto o episódio que vou contar, passou-se em 1938, veio uma lei nacionalizando as refinarias de petróleo. Essa lei de 1938 claro que ainda está em vigor e diz que nenhum acionista de refinaria de petróleo pode ser estrangeiro, nem casado com estrangeira. Quer dizer, brasileiro casado com estrangeira não pode ser acionista.

A Refinaria de Petróleo Ipiranga tinha um terço brasileiro, que era do pessoal que veio de Uruguaiana, um terço argentino e um terço uruguaio. Então, a lei estava praticamente obrigando esses estrangeiros a saírem. O Horácio Beca Varela, que era um grande advogado na Argentina, e o Morales eram os dois sócios argentinos da refinaria. E o Horácio procurou o escritório de advocacia, não o do Nabuco mas o do Kimkade. Eu também trabalhava com o Cláudio Kinkade, que tinha sido sócio do Nabuco e depois se afastado dele. E eu fui me dividindo entre os dois: trabalhava com Kinkade de manhã e com o Nabuco de tarde.

Então, o Horácio veio aqui e nos pediu para ver se podíamos fazer alguma coisa por ele.

J.D. - Só um pequeno detalhe: o advogado argentino encarou a nacionalização de uma forma negativa?

J.V. - Ele achava que estava sendo espoliado, fora de qualquer dúvida. E era verdade: então, eles que correram o risco, fizeram tudo, fizeram a refinaria funcionar e vem um decreto dizendo "você agora não pode ser mais sócio, tem que sair"... Ele achava isso...

Ele me pediu para ver se havia alguma medida a tomar. Eu achei que a única coisa a fazer era uma petição ao Conselho Nacional do Petróleo. Naquele tempo, o sujeito não tinha nada o que fazer: criou-se o conselho Nacional do Petróleo e acabou. Então, fui entregar essa petição ao Conselho Nacional do Petróleo, que estava reunido em sessão plena presidida pelo Horta Barbosa, na Câmara dos Deputados, no antigo gabinete do Antônio Carlos. A petição era para que as refinarias já em funcionamento fossem excluídas da lei. O Horta Barbosa disse que ia estudar lá e me deu uma resposta tempos depois, dizendo que não era possível, mas que daria um prazo suplementar, acho que noventa dias, se não me engano.

Durante esses noventa dias, os argentinos fizeram tudo o que puderam para venderem as ações. Ninguém queria comprar. Em primeiro lugar, ninguém sabia o que era refinação de petróleo. Aliás, durante muitos anos a grande dificuldade que eu tinha de obter cota para refinaria [inaudível] era que ninguém sabia o que era uma refinaria. Refinaria de petróleo? O sujeito pensava que eu era doido. [risos] Ninguém sabia, ninguém queria. Além do mais, a refinaria era na cidade de Rio Grande. Para se ir cidade de rio Grande, naquele tempo, levava-se dois dias. Tornava-se um avião aqui às seis horas da manhã, ia-se para Porto Alegre, onde se chegava às cinco horas da tarde, depois do avião parar em São Paulo, Curitiba e Florianópolis. Dormia-se lá em Porto Alegre e pegava-se um avião pequenininho até Pelotas, porque o avião não ia a Rio Grande. Saltava-se em Pelotas e pegava-se um trem para Rio Grande. Eram dois dias de viagem. Muito poucas pessoas tinham interesse em fazer isso.

Então, os argentinos andaram para baixo e para cima, falaram com todo mundo e ninguém quis comprar, inclusive porque naquele tempo a refinaria tinha muitas dificuldades e, mais do que isso, a nova lei havia criado apenas uma diferença de 25% de imposto entre a gasolina importada e a gasolina brasileira, enquanto antigamente não havia imposto sobre a gasolina.

M.Q. - Ela era isenta do imposto estadual de consumo.

J.V. - Não havia nenhum imposto, por um motivo muito simples. Exatamente o que eu estou dizendo, sobre o petróleo cru, ninguém sabia que diabo era petróleo cru. E [inaudível] sobre a refinaria, não havia, porque o imposto era de alfândega federal. Realmente, nos dois primeiros anos ganhou-se muito dinheiro. Depois, veio essa lei e a rentabilidade da refinaria foi lá para baixo.

Então, ninguém queria comprar as ações. E o argentino falou: "Eu lhe vendo. Você paga vista os honorários que eu estou lhe devendo" - por esse trabalho que eu fiz - "e eu lhe dou dez anos para pagar o resto." Eu aceitei. E realmente a situação em 1939 era, como acabei de dizer, bastante difícil, porque haviam se mudado as regras do jogo, o que muito comum no Brasil. As refinarias ficaram numa situação muito difícil.

Logo depois veio a guerra. E a guerra, por um lado, criou grandes dificuldades para as refinarias, que tinham que importar petróleo cru, e havia restrições na importação desse produto...

J.D. - Ela comprava da Argentina?

J.V. - Não, nunca. No princípio, nós... Isso outra coisa. Deixe eu falar aqui; depois você faz as perguntas, que eu respondo.

Era muito difícil encontrar um navio, porque comprávamos o petróleo da Venezuela. Naquele tempo havia um só navio, chamava-se Itamarati, que pertencia ao Loyd Brasileiro. Todo mundo queria esse petróleo. Tinha que se falar inclusive com o presidente da República, que dava autorização expressa.

Mas, por outro lado, não havia mais a guerra que as companhias estrangeiras nos moviam. No início, essas companhias queriam nos asfixiar. E isso era muito fácil. Uma

refinaria obrigada a tirar do petróleo cru todos os produtos que ela possa, ou, pelo menos, quatro produtos básicos: gasolina, querosene, óleo diesel e óleo combustível. Então, o quê que as companhias faziam? Deixavam que vendêssemos tudo, menos querosene. Dois meses depois, nós estávamos de tal forma atolados com o querosene que tínhamos que parar a fábrica. Depois, diminuía o estoque da gasolina, voltávamos outra vez, e elas deixavam vender tudo, menos o diesel, porque baixavam o preço do diesel para venderem. Era a mesma coisa. Nós ficávamos engasgados com o diesel e a refinaria tinha que parar.

Então, a refinaria parava de vez em quando, ou constantemente, e sem sabermos quando nem por quê. Ou melhor: eu sabia por que, mas não quando. Isso desapareceu com a guerra, porque todo o produto de petróleo que existia no Brasil era vendido. As companhias estrangeiras não mais podiam fazer essa política de sufocar. Nós, nessa época, também resolvemos fazer solventes, o que um assunto de que nos orgulhamos muito. Não se podia importar solventes, porque a sua importação era em muito pequena quantidade e a guerra não permitia que eles viessem em tambores. Então, nós fizemos solventes. E foi face a essa operação da refinaria, transformando gasolina em solvente, que as fábricas de borracha do Brasil puderam operar.

Agora, estou sua disposição para falar alguma coisa do passado. Daqui em diante posso falar. Vamos para o passado. Como que nasceu a indústria de petróleo no Brasil, isso?

M.Q. - Eu queria perguntar o que o senhor recorda com relação desse primeiro período da Refinaria Ipiranga...

J.D. - Quais os equipamentos, os técnicos empregados...

J.C. - Nesse caso, vamos começar a fazer agora a história inicial da indústria de petróleo no Brasil. A primeira refinaria que existiu no Brasil foi a Destilaria Uruguaiana de Petróleo. Essa destilaria foi fundada pelos dois argentinos que estavam depois na Ipiranga: Manoel Morales, Beca Varela e o...

M.Q. - Eustáquio...

J.V. - Não, isso outra coisa. Eustáquio Ormazabal era o lado brasileiro, apesar de não ser brasileiro...

M.Q. - Ele era argentino.

J.V. - Ele era argentino...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.V. - Como nós falamos em grupos, quando falo em grupo brasileiro incluo o Eustáquio Ormazabal, que conheci aliás.

Então, eles fundaram essa pequena refinaria, que produzia em torno de trezentos a 450 barris-dia, porque importava petróleo cru vindo da Argentina. A refinaria funcionava

bastante bem, porque, como já lhes disse, não pagava imposto algum: por lei, ela não era obrigada a pagar. Então, podíamos viver bastante bem. Quando a Argentina proibiu a exportação do petróleo cru argentino, ou mesmo a passagem do petróleo cru pelo território argentino (não compreendo por que proibiu a passagem), esse grupo resolveu implantar uma outra refinaria em um porto, o da cidade do Rio Grande. Mas a destilaria já não era mais de 350 a quatrocentos barris; tinha sido idealizada para setecentos barris, com a possibilidade de ir, com os equipamentos que tinha, até 1.300 barris.

Nesse momento, os argentinos tiveram que se associar a outras pessoas, porque acho que não tinham dinheiro suficiente para instalar uma refinaria de setecentos barris. Então, Manoel Morales e Beca Varela compraram uma pequena refinaria da Esso em Buenos Aires e mandaram essa refinaria para Rio Grande. Logo, o capital deles não foi em material. Foi em dinheiro, e dinheiro empregado na compra desse material. Os outros realmente deram o capital restante para tanques, para capital de giro... E quem são os outros? São não só esses uruguaios¹ que nós conhecemos, mas os brasileiros de Uruguiana. E depois deles, os uruguaios.

Outro ponto que considero bastante importante que o Eustáquio Ormazabal tinha um filho brasileiro. Para ele, não foi problema quando veio a lei da nacionalização. Ele vendeu ou doou as ações para o filho, e o Ren Ormazabal desde o início foi um dos colaboradores com que a Ipiranga [inaudível].

M.Q. - No início, ele era, na verdade, um distribuidor de petróleo, não é?

J.V. - Não. Isso o Melo. Isso outra coisa e um dos assuntos mais importantes sobre o qual eu gostaria de falar. Posso falar desde agora, mas gostaria de fazê-lo quando se tratar da criação das outras refinarias.

Então, pode-se perguntar: por que vocês, sendo uma refinaria nacional, só produziam 350 a quatrocentos barris, por que no Rio Grande do Sul, na Ipiranga; por que fizeram só uma refinaria de setecentos barris? Porque nós éramos obrigados. Aliás, acabei das dificuldades que tínhamos, porque éramos obrigados a distribuir os nossos produtos em igualdade de condições com as companhias estrangeiras. Apesar da lei declarar que se houvesse produção nacional, essa parte não poderia ser importada, isso nunca foi botado em vigor.

Tivemos que cavar o nosso mercado: eram setecentos barris, passamos a 750 e chegamos até 1.300, mas numa luta e numa labuta diárias e em concorrência com essas companhias estrangeiras, que eram muito mais poderosas do que nós e tinham um renome que não tínhamos. Uma coisa dizer "vou comprar um querosene Jacaré", que da Esso. Todo mundo sabe o que é. Outra "vou comprar um querosene Fiel A` Sua Missão", que era o nosso. A tendência comprar o da companhia estrangeira.

Não estou dizendo que o fato de eu ser brasileiro nos auxiliou. Mas o fato de eu ser gaúcho nos ajudou bastante. O gaúcho tinha um certo sentimento de simpatia por nós. Por conseguinte, entre uma companhia estrangeira e nós, não digo que eles tivessem uma preferência total, mas faziam o possível para que pudessemos viver.

J.D. - Vocês não tinham postos de venda direta ou...

¹ Certamente, o entrevistado refere-se aos argentinos.

J.V. - Nós tínhamos postos de venda direta. Não havia solução. O quê que podíamos fazer? Além de termos os nossos postos, financiávamos outros distribuidores. É o mesmo sistema da distribuição de hoje, mas não das refinarias. Este um ponto em que eu insisto muito, porque realmente o nosso pioneirismo completamente diferente do das outras três refinarias. Ganhamos o nosso mercado com o suor do nosso rosto. É uma expressão forte, mas poderia dizer com o sangue do nosso dinheiro. Era o nosso dinheiro que estava lá, e se não pudéssemos ter lucro, não tínhamos não. Nós nunca tivemos nada do governo, nada nem mesmo o governo botou em vigor um dispositivo que poderia nos salvar, nunca.

M.Q. - Pelas informações que tive, essa firma do Ormazabal já era uma distribuidora de petróleo. Ela não tinha uma rede de distribuição montada? Isso não facilitou?

J.V. - Eu acho que não. Para mim muito difícil falar sobre Uruguaiana, porque eu só entrei na refinaria. Quer dizer, o que eu sei de Uruguaiana o que ouço falar. Mas o que se passou realmente, não sei. Além do mais, todos os fundadores da Uruguaiana hoje em dia estão mortos. Eu não posso telefonar para eles... Não há ninguém. Mas tenho a impressão de que está havendo uma confusão entre Uruguaiana e a...

M.Q. - A Refinaria Ipiranga.

J.V. - Não, não. O Melo, que depois veio a ser nosso acionista, que tinha a distribuição do petróleo e o armazenamento em Porto Alegre. Eu nunca ouvi falar, nunca, que Uruguaiana fosse distribuidora de petróleo. Pode ser que fosse, isso eu não sei, não tenho idéia. Se alguém lhe disse, deve ser.

M.Q. - São só algumas informações que eu tive. Mas, com relação ao Manoel Morales, ele tinha também destilarias na Argentina, não é?

J.V. - Ele tinha El Condor.

M.Q. - Ele era empresário.

J.V. - Os dois eram: o Manoel Morales e o Beca Varela eram donos de uma refinaria pequenininha, chamada El Condor, que ainda existe, mas que hoje não sei a quem pertence.

M.Q. - E também havia um banqueiro uruguaio, que estava envolvido...

J.V. - O Supervielle. Isso outra coisa. Isso são os acionistas uruguaio. Como banqueiro, existia o Supervielle e Cia, de Montevideú, que financiava nossas importações de petróleo, mediante uma carta de crédito. Porque aqui no Brasil ninguém acreditava.

M.Q. - Depois, isso de a carta de crédito, fazer o caminho através do Uruguai foi proibido, não foi?

J.V. - Nós nunca fizemos por intermédio do Uruguai. Só a garantia do pagamento é que era dada pelo Supervielle. Todas as compras foram sempre feitas, no princípio no

Equador, e o petróleo fazia aquela volta toda e chegava ao porto do Rio Grande, depois na...

M.Q. - Venezuela.

J.V. - Venezuela, mas nunca se passou pelo Uruguai. Os acionistas uruguaios - isso outra coisa - realmente apostaram em nós. Eu já expliquei o que aconteceu com o Ormazabal, que vendeu ou cedeu as ações ao filho. Mas, e os uruguaios? Eu já expliquei a situação, o que se passou com os argentinos.

Nosso embaixador no Uruguai naquele tempo era o João Batista Luzardo. Então os uruguaios se reuniram e foram até ele, gritando: "Não é possível" Como era muito pequenininho, eu acredito que o embaixador conhecesse aquele pessoal lá. Então, o Luzardo organizou um pool de brasileiros para comprar as ações dos uruguaios. Ele era acionista, havia um Botelho que era muito amigo dele, o Melo conseguiu o Aristides de Almeida, que depois foi nosso presidente durante muito tempo... Tudo isso foi esforço do Batista Luzardo.

M.Q. - Foi assim que se fez a nacionalização.

J.V. - Três grupos foram nacionalizados: um, o Ormazabal, com o filho; outro, o argentino, comigo; o terceiro, o uruguaio, com o pool feito pelo Batista Luzardo.

M.Q. - Essa estratégia toda muito interessante. Quando começou-se a cobrar os impostos, como que vocês fizeram? Tiveram que arcar com todos esses custos...

J.V. - Aí a nossa rentabilidade era muito pequena. Quando eu entrei na Ipiranga, em 1939, durante seis anos nenhum diretor recebeu um real, porque nós queríamos dar o exemplo aos nossos funcionários. Os acionistas tampouco recebíamos. Depois da guerra, em torno de 1947, quando a refinaria passou de setecentos para 1.300 barris, nós conseguimos começar a dar algum lucro. Nós sempre distribuimos 12% aos nossos acionistas - nós não tínhamos lucro para isso, - e o resto todo capitalizávamos por aí. O grande desenvolvimento da Ipiranga foi exatamente a captação do lucro, nós nunca distribuimos tudo.

J.D. - O senhor poderia descrever o processo da participação da empresa na concorrência para a instalação das refinarias privadas, a partir de 1946?

J.V. - O que aconteceu logo depois da guerra, eu acho que em 45...

J.D. - Foi em 45.

J.V. - Logo depois da guerra, o major Milton Lima Araújo, hoje general, me chamou ao Conselho Nacional do Petróleo e disse: "Gouveia eu estou com essa idéia de fazer uma concorrência para refinarias privadas. Eu tenho a impressão que ele dizia uma. E essa refinaria se obriga a dar metade do seu lucro para a pesquisa de petróleo. O quê que você acha?" Eu respondi: "Acho a idéia muito boa." Ele sabia que naquele tempo ninguém entendia de petróleo, a não ser uma pequena refinaria da Bahia², e que a própria Ipiranga que tinha ensinado aqueles engenheiros a operar. Ninguém sabia de coisa nenhuma.

² O entrevistado está se referindo Companhia de Petróleo Ipiranga.

Então, continuei: "Eu aceitaria, mas com uma condição: não posso colocar de vez dez mil barris no mercado, nem no de São Paulo, nem no do Rio. Porque hoje em dia vocês têm aí um artigo que proíbe as companhias estrangeiras de importar, mas nunca botaram a iniciativa de vigor." Naquele tempo, uma refinaria de dez mil barris era muito grande. Basta ver que a nossa era de 1.300." Mas onde que você quer que eu v jogar 10.000 barris? Não posso. A não ser que você me garanta que vai aplicar esse dispositivo que está aí."

Então, ele falou com João Carlos Barreto, naquele tempo coronel, que era o presidente do Conselho Nacional do Petróleo, e eu fui falar com o Barreto depois. Disse isso a ele, exatamente. E ele disse: "Então, eu vou falar com o presidente." O dr. Getúlio disse: "Não, não pode sair. Não posso oferecer esse negócio para a Ipiranga. O negócio não vai funcionar. Mas você faça uma concorrência, e quem ganhar ganhou."

O Milton voltou com a decisão do presidente: "O dr. Getúlio insiste: para a Ipiranga não vai dar. Ele acha a idéia muito boa, mas tem que haver uma concorrência." "E como que vai ser feita a concorrência?" perguntei. A idéia do Milton era botar metade do lucro. eu disse: "Se você botar metade do lucro, o negócio não vai funcionar, e todo sujeito sem-vergonha vai dizer que vai dar metade e depois você sabe como difícil determinar de quanto a metade do lucro. Porque o lucro vai sair muito discutido, o sujeito vai dizer que ganhou dez, o governo vai dizer que ganhou cinco, outro vai dizer que ganhou cinquenta. Não daí" "Então, qual a sua idéia?", perguntou o Milton. "A minha idéia fazer por percentual sobre o petróleo cru importado. Nessa base, então, a concorrência não vai ser mais.. Vai ser sobre o lucro, metade do lucro³, mas você nem considera isso. Você vai estabelecer quem que d mais percentual sobre o valor do petróleo cru importado. Aí não tem dúvida."

Então, foi aberta uma concorrência. Chico Bastos, que era realmente o homem que fez a Ipiranga, veio aqui para o Rio, para estudar isso. Na concorrência, era-se obrigado a dizer como a refinaria funcionaria, onde iria comprar petróleo cru, onde iria fazer tudo. E ninguém sabia de nada, estaque verdade. E o Bastos, então, exclusivamente por espírito patriótico, resolveu, contra a minha opinião - preciso dizer isso -, dar informações ao Alberto Soares Sampaio, que era muito ligado ao general Maia, que também era ligado a mim. Flodoaldo Maia, que depois foi secretário de Segurança de São Paulo, já morreu. O que acontece [inaudível] todo mundo morreu. Só eu estou vivo e, felizmente, o general Milton Lima de Araújo também.

Nós demos todos os elementos do estudo econômico, quer para o Alberto Sampaio, quer para o Drault Ernanny. Estava de fora, concorrendo também, o Raja Gabaglia, que se associou ao Santus Vally e ia trazer petróleo cru do México. o Santus Vally já tinha uma vez trazido petróleo para c e a octanagem era tão baixa que a gasolina foi toda posta fora, porque ninguém podia usar. Por isso que antigamente - hoje não há mais isso - havia uma gasolina especial e uma gasolina comum. A gasolina especial no mundo inteiro era verde, no Brasil era azul. Porque a gasolina verde⁴ era a do Santus Vally.

Então, foi aberta a concorrência e nós três ganhamos. Eu ganhei para São Paulo - a

³ A concorrência de fato estabeleceu isto.

⁴ Refere-se a gasolina azul.

Ipiranga ganhou para São Paulo -, e aqui no Rio de Janeiro foram divididos oito mil barris para o Drault e oito mil para o Soares Sampaio. E nós estávamos com dez mil em Rio Grande.

Mas na Ipiranga nós sempre tivemos o pé no chão, sempre soubemos da nossa possibilidade de arranjar dinheiro e não queríamos nos aventurar. A idéia que eu tive foi: "A lei permite que uma companhia estrangeira tenha debêntures de uma companhia nacional; ela não pode ter as ações, mas pode ter debêntures. Qual o valor dessa refinaria? Cem milhões de dólares. Então, já que a Gulf acaba de se instalar no Brasil, eu vou procurá-la e propor que ela tome de debêntures 50 milhões de dólares. Em compensação, dou a ela toda a minha produção de derivados."

J.D. - Para distribuir...

J.V. - Isso era uma bomba para as companhias estrangeiras. Mas a Gulf aceitou. Aceitou e mandou uma carta, porque eu também não acredito em nada de boca. Eram 50 milhões de dólares dados por ela. Eu acho que saí por aí, ou o Chico Bastos, procura dos outros 50 milhões de dólares, por assinatura de todo mundo. E realmente nós conseguimos os tais 50 milhões de dólares.

J.D. - Ou seja, subscrição individual, nada de recurso ao mercado.

J.V. - Não, não. Naquele tempo não havia mercado. Era subscrição individual. Eu que saí por aí afora procurando amigos meus no Banco do Brasil, amigos meus aqui e ali. todo mundo que tinha dinheiro entrou: Os Proença, os Guinle, o Guilherme Guinle -, todo mundo assinou.

Então, nós tínhamos nossos 50 milhões de dólares e a Gulf tinha que dar seus 50 milhões. Começamos a estudar os processos, junto com a Gulf, como e quando iria ser a instalação etc. Este um fato que eu faço questão de dizer. O Drault não menciona, porque acho que ele não sabia. Ele menciona outra coisa que eu fiz. Na véspera, fui chamado ao escritório da Gulf pelo Dand Cockers, que me disse: "Nós vamos fazer o inverso. Você toma as debêntures, eu subscrevo o capital, que fica em seu nome, e eu pago 100.000 dólares por ano a você." eu disse: "Isso não. Testa-de-ferro eu não sou. Nunca fui, por quê que eu vou ser agora? De maneira nenhuma, não aceito."

Fui ao João Carlos Barreto no dia seguinte, juntamente com o brigadeiro Nero Moura, que naquele tempo era coronel e estava trabalhando conosco. Eu disse: "Coronel Barreto, olha o que se passou." Ele respondeu: "Eu já sabia, porque o próprio Crokers ontem de tarde veio aqui me contar." Ele então brincou comigo: "Eu sei que, até 100.000 dólares, o senhor honesto." E eu disse: "Mas general, esse homem veio dizendo ao senhor que quer um testa-de-ferro, que não vai cumprir o compromisso que assumiu comigo, inclusive mandando telegrama para o senhor aqui, e o senhor acha que ele está certo?" Ele respondeu: "E'... o senhor sabe..." No dia seguinte, quando foi aberta a concorrência (aí, o que o Drault disse não exatamente o que se passou; claro que ele também não pode ter a memória que eu tenho, porque eu que sofri), fiz uma petição contando tudo isso que está aí - está lá no Conselho Nacional de Petróleo - e pedindo uma prorrogação de prazo. Aliás, o Drault diz no livro - e verdade - que, eu estava profundamente emocionado. quem inventou esse negócio todo fui eu e o Milton, porque achávamos que podíamos fazer, nós é que ajudamos todos os outros e éramos os

únicos excluídos. Porque quisemos fazer o negócio de forma certa, direita, fomos excluídos.

A refinaria do rio de Janeiro foi dada ao Drault, com dez mil barris, e a de São Paulo foi dada ao Alberto Sampaio, com dez mil também. Essa concorrência foi aberta e ganha em 1946, para a instalação ser feita dentro de um ano e isso só veio a acontecer em 1955. Nós não faríamos isso. Não quero criticar ninguém, mas nós não faríamos isso.

M.Q. - Voltando um pouco atrás, o senhor falou que foi o seu pessoal que treinou o pessoal da Bahia, não foi?

J.V. - Foi.

M.Q. - De onde vinha esse seu pessoal? Como que vocês formaram essa gente?

J.V. - Foi muito difícil. Esta era uma das nossas grandes dificuldades. tivemos logo como engenheiro o Francisco Bastos, que não entendia nada de refinaria, porque não havia refinaria. O Morales mandou para c dois ou três engenheiros de minas argentinos. foi um fracasso total. Não sabiam nada; era uma coisa inacreditável. [risos] Passado isso, o Chico Bastos resolveu falar com o pessoal do Uruguai. Foi a mesma coisa. Os uruguaios mandaram uns sujeitos completamente malucos. Eles diziam que para saber a diferença entre o óleo diesel e o óleo combustível era só cheirar. Coisa de maluco. [risos] Então, o Bastos descobriu - não sei onde, nem como, tenho a impressão de que foi em Buenos Aires - o engenheiro Polanski. Acho que o nome dele era este. Era um polonês, como o nome está dizendo. Foi ele que veio para a cidade de Rio Grande e ensinou aos nossos engenheiros como...

J.D. - A operação da refinaria.

J.V. - ... feita a operação de uma refinaria. E nós tivemos engenheiros realmente muito bons. Chefiados pelo Chico Bastos, eram de uma dedicação extrema. Extrema. Chegaram a trabalhar 14 horas por dia, subiam na torre, desciam. Era uma coisa impressionante.

A Refinaria de Mataripe começou a funcionar em 1953 e nós estávamos funcionando desde 1940, para não falar 39. Nós já tínhamos 13 anos de operação. Os engenheiros de Mataripe, todos eles, sem exceção, aprenderam refinação na cidade do Rio Grande, conosco. E nós tivemos muito prazer em ensiná-los.

M.Q. - Qual era o processo da refinaria? Ela funcionava...

J.V. - Era topping. Nós continuamos ainda com topping. Fizemos uma... mas que não funcionou. O processo inicial era topping: só se esquentava o petróleo cru e ele vai saindo pelas quatro [inaudível]. Depois fizemos um...

J.D. - Craking?

J.V. - Depois fizemos um cracking em 1954. Exatamente quando todos esses fizeram suas refinarias, nós também fizemos o nosso...

J.D. - Cracking térmico.

J.V. - ...Cracking térmico. Não quero me meter muito em conversa, mas tenho a impressão de que o Drault acusa muito o João Neves da Fontoura. E foi o João Neves da Fontoura quem salvou as refinarias, inclusive a do Drault. O João Neves foi aos Estados Unidos em 1952 e obteve a permissão do governo americano para a exportação de refinarias, além do financiamento. Não posso falar dos outros, mas tenho a impressão de que nós estávamos comprimidos. Nós, da Ipiranga, somos profundamente gratos ao João Neves, porque foi ele quem conseguiu o financiamento para que houvesse o cracking que viemos a fazer. O João Neves não tem nada a ver com isso, nem nós, se, infelizmente, o cracking não funcionou.

Como o cracking não funcionou - até tivemos muita sorte -, tivemos, então, que transformar o cracking em topping. Nós já estávamos produzindo seis mil barris-dia com topping, e havia mais três mil com cracking. E como passamos do cracking para o topping, fomos para 9.300 barris-dia. Vocês podem perguntar: "Qual foi a sorte de vocês?" A sorte foi que quando o Conselho Nacional do Petróleo teve que limitar a nossa produção, de acordo com a lei da Petrobrás, já nos encontrou com 9.300 barris-dia. Se o cracking tivesse funcionando, estaríamos só com seis mil. [risos] Porque o cracking não funcionou, ficamos com 9.300.

J.D. - E esse problema quanto lei da Petrobrás? como empresário, como o senhor via o processo de nacionalização⁵? O senhor achava que a presença do Estado era decisivo para o setor?

J.V. - Eu era partidário da exposição de motivos do Getúlio, que criava a Petrobrás, mas não lhe dava o monopólio. A criação da Petrobrás era absolutamente necessária, fora de qualquer dúvida, porque as companhias estrangeiras não queriam investir em pesquisa no Brasil. então, criou-se a Petrobrás. A idéia do dr. Getúlio - esta a impressão que eu tenho, apesar dele nunca ter falado comigo exatamente sobre isso - era dar um incentivo para as outras companhias virem para o Brasil. Vendo que a Petrobrás iria descobrir petróleo e ter muitas refinarias, as companhias estrangeiras poderiam entrar na pesquisa de petróleo, apesar não poderem entrar na refinação.

Nossas relações com a Petrobrás são muito boas. A Petrobrás realmente tem prestado ao Brasil um serviço inacreditável, muito bom. E conosco tem sido sempre - e que eu saiba, com os outros também - de uma correção absoluta. Eu, por exemplo, sou totalmente partidário do monopólio da importação de produtos destilados pela Petrobrás. É a única forma que se tem de controlar o verdadeiro preço do petróleo. Disso, sou absolutamente partidário. Mas eu gostaria que a minha refinaria pudesse crescer. [risos], o que o projeto de lei de dr. Getúlio me permitia.

J.D. - Quando foi decretado o monopólio e estabelecido o teto de produção, qual foi a estratégia imaginada pela Ipiranga para a expansão?

J.V. - Nenhuma.

J.D. - Foram para outro setor...

⁵ O entrevistador quer dizer estatização.

J.V. - É claro. Tivemos que nos expandir para a distribuição e também... Isso importante também dizer: quando vieram as duas novas refinarias e, depois, as da Petrobrás (as refinarias da Petrobrás são posteriores), foi proibida a importação de produtos estrangeiros, a não ser o excesso da produção brasileira. E nós também fomos obrigados também a entregar os nossos: todas as refinarias nacionais, inclusive a nossa, foram obrigadas a entregar seus produtos às companhias distribuidoras. Quer dizer, nós, no estado do Rio Grande do Sul, hoje vendemos muito mais que 9.300 barris-dia, porque temos a cota da nossa refinaria e a das outras refinarias do governo. Este um ponto de que eu quero falar também, que eu considero muito importante. Vou lhe fazer uma pergunta: "O senhor conhece a correspondência entre a embaixada Americana e a Secretaria de Estado, com referência a esse assunto?"

J.D. - Muito por alto, em um livro do professor Luciano Martins. Não sei se o senhor conhece.

J.V. - Eu tenho a correspondência, não sei se aqui comigo, mas eu a mantenho em minha casa. Foi publicada, porque passados vinte anos não existe segredo. Há um livro oficial com vários assuntos: Brasil de 1946. Nele, há mais de vinte páginas sobre petróleo, onde se conta a história da Gulf. Eu já lhes disse que a minha proposta Gulf foi: "você me dê um empréstimo de 50 milhões de dólares e eu lhe e dou todo o mercado de São Paulo, são dez mil"...

J.D. - O senhor havia mencionado quando a Gulf estava entrando no mercado, não foi?

J.V. - Não. Eu disse duas coisas. A Gulf estava entrando no mercado, em 1946, com uma participação muito pequena, quando lhe propus o negócio, que ela achou formidável. E eu também achava que, para ela, a proposta era magnífica. Eu ia dar, de mão beijada, o mercado de São Paulo.

Por essa correspondência vai se ver que, em primeiro lugar, as companhias americanas protestaram energicamente e quiseram a intervenção do embaixador dos Estados Unidos contra a concessão de refinarias, principalmente contra a possibilidade das refinarias distribuírem o seu próprio produto. Elas queriam que as refinarias produzissem e entregassem, na pior das hipóteses, os produtos às companhias estrangeiras. E isso foi decidido, não pelo dr. Getúlio, mas pelo Linhares ou o... As refinarias nacionais foram proibidas de distribuir, ficando obrigadas a entregar os seus produtos às companhias distribuidoras. Aí acabou o interesse da Gulf. Eu tenho a impressão de que esse foi um dos motivos por que a Gulf recuou. O segundo motivo - de que eu estou absolutamente convencido - porque as companhias estrangeiras deram uma participação substancial Gulf. Quando compramos a Gulf, ela já estava com dez mil barris. Já estava vendendo para 10% do mercado e ela não tinha possibilidade de conseguir isso sozinha, na minha opinião.

J.D. - Também isso se conjuga com o fato de que, no pós-guerra, elas dividiram entre si as jazidas do Oriente Médio.

J.V. - Não sou contra elas, mas acho que a interferência política que elas fazem está errada. Isso não pode ser. E o Brasil não pode aceitar a interferência delas.

J.D. - E, como o senhor mencionou, havia também o problema de certas práticas

comerciais que dificultavam o controle que o governo eventualmente pudesse ter sobre os preços.

J.V. - Naquele tempo.

J.D. - Sim.

M.Q. - Quanto distribuição, o senhor entrou na sociedade como sócio majoritário?

J.V. - Não. Você está falando da refinaria?

M.Q. - Sim.

J.V. - Naquele tempo, eu comprei, a prazo, 20%. Os argentinos tinham 20%. Mas eu não tinha dinheiro para pagar.

[FINAL DA FITA 1-B]⁶

J.V. - Eram o Milton Araújo e o João Neiva Figueiredo. Agora me deram a medalha do... O Instituto Brasileiro de Petróleo d sempre uma medalha para as pessoas que considera mais importantes na indústria do petróleo: deu para o Geisel, o Chico Bastos, o Plínio Catanhede e para mim também. E no discurso que fiz agradecendo - ou melhor, no discurso que eu escrevi agradecendo -, salientei que inacreditável a injustiça feita a esses três⁷ homens, que são muito mais importantes do que eu na indústria do petróleo. E ninguém se lembrou de dar ao João Neiva Figueiredo, nem ao... Vocês podem perguntar por que foi que eu disse que escrevi e não li? Porque não me deixaram ler. Porque o seu, o governador, como o nome dele?

M.Q. - Moreira Franco.

J.V. - O Moreira Franco foi lá, atrasadíssimo, me deu um grande abraço, fez um grande discurso, foi embora e encerraram a cerimônia. [risos] Eu fiquei sem ler o meu discurso. [risos]

J.D. - J que hoje o governador Moreira Franco não fará um discurso aqui, o senhor pode se estender sobre a participação dessas três personalidades.

J.V. - É o que eu estou dizendo. Você quer saber minha opinião...

J.D. - Sim.

J.V. - Vamos começar com o Jesus Soares Pereira. Ele foi um dos autores do Estatuto do Petróleo⁸, isto sem falar em todo o resto que ele fez. Ele fazia parte departamento econômico do Gabinete Civil do dr. Getúlio. Aliás, o Inácio Rangel conta isso. Além

⁶ A fita 2-A não foi gravada integralmente.

⁷ Milton Lima de Araújo, Jesus Soares Pereira e João Neiva de Figueiredo.

⁸ Certamente houve um engano. Jesus Soares Pereira foi da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas.

disso, ele era nacionalista, defendia muito a indústria de petróleo, a Petrobrás e toda a legislação que existiu com referência às companhias estrangeiras de petróleo. Durante muitos anos - acho que mais de 16 anos -, ele foi membro do Conselho Nacional de Petróleo. Era ele quem decidia, praticamente, porque tinha um conhecimento muito grande e dava seus pareceres. O Jesus Soares Pereira era uma pessoa de um caráter, de uma honestidade absoluta. No caso da compra da Gulf pela Ipiranga, por exemplo, em 1959, foi vital para nós a decisão de um trabalho do Jesus Soares Pereira.

Vocês podem me perguntar por que nós compramos a Gulf. Da mesma forma como achei que a Gulf iria aceitar emprestar 50 milhões de dólares se lhe desse o mercado de São Paulo, também achei que, quando veio o monopólio da importação de produtos de petróleo e nenhuma companhia estrangeira poderia importar os seus produtos, mas só colocar no mercado os produtos que a Petrobrás e que nós lhe entregássemos (essas companhias são muito mais industriais do que comerciantes), a Gulf iria perder o interesse pelo Brasil. E como a Gulf estava com apenas 10% do mercado, eu achava que ela iria perder.

O Colker não estava mais aqui, mas sim outro diretor da Gulf. Então, fui procurá-lo e disse: "Por que você não vende os nove mil barris de petróleo ao Brasil e me dá os 10% que você tem na sua cota? Eu compro as suas instalações." Ele concordou.

Pelo acordo, nós pagaríamos Gulf 4,5 milhões de dólares, pelas suas instalações e, além disso, nós obrigávamos a comprar durante 15 anos - e a lei permite isso - todo o petróleo da refinaria da Gulf.

Então, para nós, era muito importante que esse contrato de 15 anos fosse aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo, e o relator foi o Jesus Soares Pereira. A Petrobrás se opôs. O Eduardo Sobral foi radicalmente contrário. Eu não sei bem por quê. Eu sei que ele era muito nacionalista, muito esquerdista, mas por que não permitir que uma companhia nacional comprasse uma companhia estrangeira? Mas ele foi muito contrário e escreveu uma carta dizendo que o preço estava muito alto para a compra de petróleo cru e que a Petrobrás podia fornecê-lo a preço mais barato. Então, o Soares Pereira convocou, num sábado tarde, o Sobral e eu. Abriu-se a sessão e eu disse: "Soares, não há problema algum. Se o Sobral assinar uma carta dizendo que me vende petróleo cru exatamente igual a esse por um preço inferior ao que eu estou comprando da Gulf, fecho negócio." Soares virou-se para o Sobral e disse: "E agora?" Ele respondeu: "Não. Eu estou dizendo que eu tenho." Então, o Soares disse ao Sobral: "Mas isso não brincadeira. Para o Brasil, uma coisa importantíssima. Como que você pode dizer que tem não sei o quê... Não pode ser."

Por isso que eu estou dizendo a Ipiranga comprou a Gulf, em grande parte, pelo apoio decisivo que o Soares deu, pelo fato de ser nacionalista e nada comunista, nada estatizante. Se ele quisesse, podia perfeitamente bem dizer: "Não, não dou." Com isso, não poderíamos fazer negócio. Então, acho que foi uma injustiça enorme considerá-lo... Ele era esquerdista. Mas o Soares Pereira foi diretor-tesoureiro da Siderúrgica Nacional quando houve uma greve brutal, porque ele disse aos operários: "SÓ posso pagar o que tenho. Não posso fazer demagogia em cima de vocês." Quer dizer, era um homem que pensava de uma forma diferente mas nunca contrário nem razão, nem ao Estado.

Bom, esse o Soares. Sobre o general Lima Araújo, já falei. Foi ele quem redigiu os

estudos, teve a idéia e criou - agora acho que não tem importância - os navios mercantes para carregar petróleo cru para o Brasil. Antigamente, só havia navios de bandeira estrangeira. E ele realmente criou uma companhia...

M.Q. - A Fronap.

J.V. - Ele criou a Fronap e mas, antes dela criou também uma empresa privada, da qual era sócio. Não me lembro mais qual o nome.

M.Q. - Com Mario Bittencourt Sampaio.

J.V. - Quando ele saiu do Conselho Nacional do Petróleo, ele se associou ao Bittencourt. Não sei o que o Bittencourt Sampaio fez antes, isso eu não me lembro. eu considero o Milton uma peça muito importante. O petróleo no Brasil não seria o que é. Não haveria uma refinaria privada e talvez não houvesse nem refinaria da Petrobrás - eu não sei -, se não fosse ele.

J.D. - E o João Neiva?

J.V. - O João Neiva Figueiredo foi um grande presidente do Conselho Nacional do Petróleo⁹. Também foi um grande diretor e um dos colaboradores da Petrobrás. Foi ele quem descobriu o Link¹⁰, a Missão Link, que realmente um estudo sério, verdadeiro, cuja procedência hoje comprovada. No entanto, ele foi profundamente injustiçado, quando se dizia estava vendido etc.

M.Q. - Voltando um pouco atrás, por volta de 1939 houve uma série de iniciativas - inclusive quando o senhor estava entrando na Ipiranga - de outros empresários interessados em alguns projetos que chegaram a ser ventilados junto ao Conselho Nacional do Petróleo, inclusive de dois interventores, um da Bahia e outro do Rio de Janeiro.

J.V. - Eu nunca levei isso muito a sério. Realmente vi, não sei se o Drault quem conta... Tenho a impressão de que o Amaral era o interventor...

J.D. - E'. No Rio era Amaral Peixoto e na Bahia...

M.Q. - Era o Landulfo Alves.

J.V. - O Landulfo Alves sempre foi nacionalista. E lá já havia uma refinaria, que era a de Mataripe. Eu acho que ele interveio...

M.Q. - Em 39, não havia.

J.D. - Mas o senhor teve conhecimento do projeto do dr. Amaral Peixoto?

⁹ O dr. João Neiva Figueiredo pertenceu ao CNP, mas não foi seu presidente.

¹⁰ O entrevistado refere-se a Walter Link, primeiro superintendente de exploração da Petrobrás. O estudo que menciona seu parecer final sobre as possibilidades de haver petróleo no Brasil que ficou conhecido como Relatório Link.

J.V. - Eu tive através... nunca...

J.D. - O senhor não teve contato pessoal, não é?

J.V. - Não. Ele nunca me falou disso. E eu tenho a impressão de que ele não era muito pé-no-chão. Acho que era meio visionário. É a impressão que eu tenho, não sei. Mas isso não foi em 46, no tempo do Dutra?

M.Q. - Não. Isso anterior ao Dutra. Foi em 1939. Logo nesse período em que se criou o conselho Nacional do Petróleo, uma série de projetos começou...

J.V. - Uma série, não. O que eu sei desses dois.

M.Q. - O Murray-Simonsen também estava...

J.V. - Não. Ele queria fazer pesquisa de petróleo, uma coisa diferente.

M.Q. - Não. Na época ele queria atuar na área de refino também.

J.V. - Eu nunca ouvi falar disso. Mas não vejo por que não podiam fazer. A lei permitia. O Amaral tinha uma coisa... Eu li outro dia. Não sei se ele não era ligado ao capital estrangeiro... Era um negócio...

J.D. - Era ligado Socony Vaccum, Standard Oil of New York...

J.V. - Exatamente. Então foi por isso que não conseguiu. A lei proibia. Eu tinha a impressão de que com o Amaral havia qualquer coisa que não podia ser. Mas com o Murray-Simonsen, não tenho a menor idéia do que houve até agora. Agora, houve muita sem-vergonhice, não sei quando, na questão de exploração de petróleo. Aí, sim, foi uma coisa horrorosa. Para a Bolívia, não havia petróleo nenhum. Enganaram...

J.D. - Aí houve o problema de Roboré.

J.V. - Sim. Enganaram o povo brasileiro... Sobre isso, não posso dizer nada.

M.Q. - Eu queria ainda fazer algumas perguntas sobre o funcionamento da sua refinaria, com referência ao fornecimento de matéria-prima. O senhor disse que inicialmente ela vinha da...

J.V. - ...da Venezuela. Antigamente, Uruguaiana recebia da Argentina e nós recebíamos da Venezuela. Então, vou repetir. Em primeiro lugar, nós tínhamos dificuldade em encontrar petróleo cru, porque nem todas as companhias estrangeiras queriam vendê-lo para nós. Por exemplo, não pudemos mais comprar do Equador, onde há um petróleo cru muito bom, mas que era essencial para o esforço de guerra. Acho que era a Shell quem fazia. Assim, com dificuldade, conseguimos comprar da Venezuela.

A segunda dificuldade era conseguir transporte, porque os navios estrangeiros não transportavam para nós. Estavam todos eles transportando para a guerra. Havia, como eu disse, esse navio chamado Itamaraty, do Lloyd Brasileiro. Para obter o Itamaraty, tínhamos que ir Comissão de Coordenação Econômica, presidida pelo João Alberto Lins

e Barros, ficava com receio de ceder o navio. Então, nós tínhamos que ir ao próprio dr. Getúlio. Eram o Nero, era o Bastoas e o Egídio Câmara Sousa que iam ao Getúlio. Era o... O Egídio nos ajudou muito. Era muito amigo do dr. Getúlio e muito amigo nosso. Conseguia. Ele morreu nos Estados Unidos. Então, era sempre a mesma coisa. Ia-se para lá, fazia-se uma petição, o dr. Getúlio despachava, o despacho ia para a Coordenação Econômica, a Coordenação Econômica mandava para o Conselho Nacional do Petróleo e o navio saía.

M.Q. - Os produtos da refinaria eram distribuídos só naquela área do Rio Grande do Sul?

J.V. - No estado do Rio Grande do Sul.

M.Q. - Só o Estado do Rio Grande do Sul.

J.V. - Sim. Há uma pergunta que eu acho que você não fez ainda - não sei se vai fazer -, mas eu respondo já: "Quando o conselho Nacional do Petróleo determinou que as refinarias não podiam fazer vendas diretas, o que aconteceu com vocês? "Nós separamos a empresa de distribuição da empresa de refinação. Criamos lá no Sul a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, que opera exatamente da mesma forma que as companhias estrangeiras, ou seja: nós temos uma cota da refinaria, uma cota de outra refinaria da Petrobrás e uma outra cota... Temos a cota como todas as outras têm. foi por isso que foi criada a distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, que sempre distribuiu no estado do Rio Grande do Sul e um pouquinho ao sul de Santa Catarina.

A Gulf não distribuía não distribuía nessas localidades. Então, quando compramos a Gulf, não pudemos e até hoje não fizemos... Nós temos gestão comum, como a Cruzeiro e a VARIG (não sei se juntaram-se ou não). Mas temos também as duas empresas separadas. Todo o mercado do Rio Grande do Sul e uma parte do sul de Santa Catarina pertencem DPPI e a outra pertence CBPI, que companhia que compramos da Gulf. Por que não se faz a junção? Porque os acionistas e os mercados são completamente diferentes. Enquanto o rio Grande do Sul tem 37% de um mercado pequeno, nós temos 10% de um mercado grande. Tudo diferente. Questão de lucro, questão de pessoal. Para economizar, nós temos uma gestão única. Mas só.

M.Q. - Dr. João Pedro, nós já encerramos as nossas perguntas. Se o senhor quiser dizer mais alguma coisa, fique vontade, pode acrescentar o que senhor achar importante. Gostaríamos de agradecer o seu depoimento.

J.V. - Acho que eu que tenho que lhe agradecer por dar a idéia de recordar o que se passou no Brasil nos últimos cinquenta anos. Não tenho mais nada para dizer; tudo o que sei, já disse. Mas eu quero terminar mencionando o que se passou anteontem na celebração do... Todo ano nos reunimos para festejar com os nossos empregados a existência da Ipiranga, o desenvolvimento que ela tem, a política que fazemos em geral. Nós temos uma política aberta. Eu estou aqui, mas vou Ipiranga duas ou três vezes por semana e nunca fechei a minha porta. Ela está sempre aberta, a qualquer pessoa. e eu não sabia que haviam feito um pequeno filme com a opinião de todos os funcionários sobre a Ipiranga. Abria-se a porta, botava-se o microfone na mão do empregado e perguntava-se: "O que você pensa da Ipiranga?" e ele dava o depoimento. Realmente, fiquei profundamente emocionado, porque nunca imaginei que a Ipiranga tivesse o

conceito que realmente tem entre seus empregados. Quase chorei. E terminei dizendo: "Meus cinquenta anos. Hoje eu estou vendo cinquenta anos da Ipiranga. Valeu a pena"

[FINAL DO DEPOIMENTO]